



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Fazenda

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

2ª ETAPA (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

Data: 14/04/2013
Duração: 5 horas

Caro(a) Candidato(a), leia atentamente e siga as instruções abaixo.

01- A lista de presença deve, obrigatoriamente, ser assinada no recebimento do **Cartão de Respostas** e assinada novamente na sua entrega, na presença e nos locais indicados pelo fiscal da sala.

02- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 100 (cem) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Controle Interno	Auditoria	Contabilidade Pública	Contabilidade Geral e de Custos
01 a 25	26 a 50	51 a 75	76 a 100

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

03- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

05- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

06- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

07- **Será eliminado** do Processo Seletivo o candidato que:

a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, réguas, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

Somente decorridas 4 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

08- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

CONTROLE INTERNO

01. Considere as competências apresentadas a seguir:

- I- Supervisionar a elaboração dos relatórios gerenciais das ações da Auditoria Geral do Estado.
- II- Planejar e operacionalizar a alocação dos recursos materiais e humanos da Coordenação.
- III- Coordenar e acompanhar os assuntos relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

Segundo a Resolução SEFAZ Nº 45/09, tais competências são de responsabilidade respectivamente dos seguintes órgãos:

- A) coordenações de auditoria e contabilidade geral do estado
- B) superintendência de gestão de auditoria e contabilidade geral do estado
- C) coordenações de auditoria, superintendência de gestão de auditoria e contabilidade geral do estado
- D) contabilidade geral do estado, superintendência de gestão de auditoria e coordenações de auditoria
- E) superintendência de gestão de auditoria, coordenações de auditoria e contabilidade geral do estado

02. Na administração financeira e na execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro, observado o disposto na Lei Federal Nº 4320/64, na Lei Complementar Nº 9/77 e legislação correlata subsequente, o controle externo realizar-se-á:

- A) *a posteriori*
- B) *a priori*
- C) tempestivamente
- D) quando provocado
- E) ao final do exercício

03. A prestação de contas do Governador do Estado relativa ao ano anterior deverá ser apresentada, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, após a abertura da sessão legislativa, dentro do prazo de:

- A) 30 dias
- B) 45 dias
- C) 50 dias
- D) 60 dias
- E) 120 dias

04. Como órgão central de controle interno e executor das atividades de auditoria no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, compete à Auditoria Geral do Estado:

- A) encaminhar os relatórios mensais de atividade à Procuradoria Geral do Estado, rigorosamente no prazo e na forma estabelecida na legislação pertinente
- B) encaminhar as cópias dos editais de concorrência ao Tribunal de Contas do Estado e aos demais órgãos cuja legislação obrigue
- C) avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- D) acompanhar os processos administrativos e judiciais relevantes
- E) gerir a elaboração e apresentação das Contas de Gestão

05. Segundo o Decreto Nº 3.148/80, a verificação da fiel observância da programação anual e plurianual do Governo, dentro dos ditames legais, denomina-se:

- A) análise da execução orçamentária
- B) conformidade de programas e atividades
- C) acompanhamento dos programas de trabalho
- D) controle de programas e atividades
- E) tomada de contas especial

06. A fim de criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa pública estadual, a auditoria constitui no controle interno etapa:

- A) inicial e final
- B) superior e final
- C) fiscalizadora e final
- D) intermediária e conclusiva
- E) final e conclusiva

07. No âmbito do Poder Executivo Estadual, segundo a Lei n.º 287/79, para o desempenho do controle interno são competentes os seguintes órgãos:

- A) a Auditoria Geral do Estado; a Inspeção Geral de Finanças; as Inspeções Setoriais de Finanças; e os órgãos de contabilidade, nas autarquias
- B) a Auditoria Geral do Estado; a Contabilidade Geral do Estado; a Inspeção Geral de Finanças; as Inspeções Setoriais de Finanças; e os órgãos de contabilidade, nas autarquias
- C) a Auditoria Geral do Estado; o Tesouro Estadual; a Inspeção Geral de Finanças; as Inspeções Setoriais de Finanças; e os órgãos de contabilidade, nas autarquias
- D) a Auditoria Geral do Estado; a Contabilidade Geral do Estado; e o Tesouro Estadual
- E) a Auditoria Geral do Estado; a Contabilidade Geral do Estado; o Tesouro Estadual; e os órgãos de contabilidade, nas autarquias

08. O Tribunal de Contas do Estado, ao representar ao Poder Executivo sobre irregularidades apuradas em contrato, o ato de sustação e a solicitação imediata de medidas cabíveis será adotado diretamente pela:

- A) Chefia do Poder Executivo
- B) Secretaria Geral do Tribunal de Contas
- C) Secretaria de Estado
- D) Auditoria Geral do Estado
- E) Assembleia Legislativa

09. Os documentos gerados com base na execução de programas gerais ou específicos de auditoria contábil, elaborados por auditores da Auditoria Geral do Estado e subscritos pelo Auditor Geral do Estado ou por servidor por este designado, ambos qualificados profissionalmente, denominam-se:

- A) pontos de auditoria
- B) planos de auditoria
- C) relatórios de auditoria
- D) certificados de auditoria
- E) planejamentos anuais de auditoria

10. Nos casos de crimes comuns, os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão processados e julgados, originalmente pelo:

- A) Supremo Tribunal Federal
- B) Poder Legislativo
- C) Superior Tribunal de Justiça
- D) Órgão Especial do Tribunal de Justiça
- E) Ministério Público

11. A emissão de relatórios e pareceres sobre os processos de Prestação e Tomadas de Contas dos ordenadores de despesa, gestores e responsáveis, de fato e de direito, por bens, numerais e valores do Estado, ou a ele confiados, é competência fundamental da:

- A) Superintendência de Gestão de Auditorias
- B) Contabilidade Geral do Estado
- C) Coordenação de Auditoria
- D) Auditoria Interna
- E) Inspeção Geral de Finanças

12. O processo de prestação de contas de uma empresa pública, que não seja uma sociedade anônima, deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado pelo:

- A) Presidente
- B) Secretário de Estado
- C) Conselho Fiscal
- D) Contador da Empresa
- E) Auditor Interno

13. No desempenho do Controle Interno, conforme os respectivos campos de ação e os objetivos a alcançar, as auditorias realizadas serão de ordem:

- A) interna e externa
- B) dependente e independente
- C) ativa e passiva
- D) cronológica e tempestiva
- E) ordinária e especial

14. A Auditoria Geral do Estado, com base na data de entrada do processo em seu protocolo, deverá emitir o certificado de auditoria nos processos de tomada de contas no prazo de até:

- A) 30 dias
- B) 40 dias
- C) 50 dias
- D) 60 dias
- E) 80 dias

15. Sem prejuízo do controle interno exercido pelo Poder Executivo Estadual, a fiscalização financeira das entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado ou a qualquer entidade indireta, fica submetida:

- A) à Auditoria Interna da Secretaria da pasta à qual a entidade estiver vinculada
- B) à Diretoria Financeira da Secretaria da pasta à qual a entidade estiver vinculada
- C) ao Tesouro Estadual
- D) ao Tribunal de Contas do Estado
- E) à Auditoria Geral do Estado

16. Segundo a Lei n.º 287/79, a auditoria no serviço público estadual é considerada uma atividade de:

- A) fiscalização e controle
- B) controle e assessoramento
- C) assessoramento e apoio
- D) fiscalização e assessoramento
- E) fiscalização e apoio

17. A substituição por falecimento de responsáveis pela guarda de material e de bens patrimoniais do Estado deverá ser feita, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento do fato, no prazo máximo de:

- A) 45 dias
- B) 30 dias
- C) 20 dias
- D) 15 dias
- E) 10 dias

18. Ao tomar conhecimento de alguma irregularidade, o analista de controle interno deverá dar ciência dela ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de:

- A) responsabilidade solidária
- B) concussão
- C) peculato
- D) improbidade administrativa
- E) formação de quadrilha

19. Sem prejuízo das inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores será baseado em:

- A) demonstrativos contábeis, certificados e pareceres de auditoria
- B) levantamentos contábeis e pronunciamento das autoridades administrativas
- C) certificados e pareceres da Auditoria Geral do Estado e pronunciamento das autoridades administrativas
- D) demonstrativos contábeis, pareceres de auditoria e pronunciamento das autoridades administrativas
- E) levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamento das autoridades administrativas

20. Caso as contas anuais do Governador do Estado não sejam enviadas dentro do prazo legal ao Tribunal de Contas do Estado para emissão de parecer prévio, esta Corte de Contas deverá adotar o seguinte procedimento:

- A) comunicar o fato à Assembleia Legislativa e apresentar minucioso relatório do exercício encerrado
- B) comunicar o fato à Assembleia Legislativa e apresentar minucioso relatório e parecer pela rejeição das contas
- C) comunicar o fato à Assembleia Legislativa e apresentar parecer pela abstenção de opinião pela não apresentação das contas
- D) apresentar minucioso relatório do exercício encerrado e parecer pela irregularidade das contas
- E) apresentar minucioso relatório do exercício encerrado, opinando pela rejeição das contas e por sua irregularidade pela não apresentação das contas

21. Sob pena de perda de cargo, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ainda que em disponibilidade, poderá apenas exercer cumulativamente:

- A) uma outra função pública
- B) uma função de magistério
- C) a advocacia
- D) a atividade política
- E) a atividade partidária

22. O procedimento de iniciativa pessoal pelo qual, dentro dos prazos fixados em lei, regulamento ou instrução, alguém está obrigado a comprovar o uso, a aplicação ou a movimentação de bens e valores públicos é denominado:

- A) parecer prévio
- B) tomada de contas especiais
- C) apuração de haveres
- D) tomada de contas
- E) prestação de contas

23. As contas do Governador do Estado que não forem julgadas pela Assembleia Legislativa no decurso da sessão legislativa em que forem recebidas serão consideradas:

- A) irregulares e rejeitadas
- B) pendentes de julgamento
- C) aprovadas
- D) pendentes de parecer
- E) nulas

24. Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo, quando o tiverem exercido efetivamente por período superior a:

- A) trinta e cinco anos
- B) trinta anos
- C) dez anos
- D) cinco anos
- E) três anos

25. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do Governador do Estado será encaminhado, concomitantemente, para:

- A) a Assembleia Legislativa e a Auditoria Geral do Estado
- B) a Assembleia Legislativa e o Governador do Estado
- C) a Assembleia Legislativa, o Governador do Estado e os Secretários Estaduais
- D) a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Governador do Estado
- E) a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado e o Governador do Estado

AUDITORIA

26. O conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião por parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, denomina-se:

- A) auditoria compartilhada
- B) auditoria simplificada
- C) auditoria terceirizada
- D) procedimentos de auditoria
- E) pontos de auditoria

27. Segundo a INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions*), os documentos que são coletados e gerados durante uma auditoria operacional devem conter, no mínimo, as seguintes três seções:

- A) papéis de trabalho, execução e relatório final
- B) introdução, planejamento e execução
- C) planejamento, execução e relatório
- D) planejamento, execução e revisão
- E) introdução, execução e relatório

28. Segundo a Deliberação Nº 198/96, do TCE/RJ, só poderão receber auxílios ou subvenções do Estado as associações, agremiações e entidades de qualquer natureza, regularmente organizadas, e que mantenham, satisfatoriamente, serviços que visem promover:

- A) a agricultura familiar e de subsistência
- B) a educação política e o civismo
- C) o civismo e o cuidado aos animais
- D) a educação e saúde individual de minorias étnicas
- E) os festejos religiosos e ecumênicos e o civismo

29. A auditoria decorrente de processo de prestação de contas e de tomada de contas, a fim de verificar a regularidade da arrecadação e recolhimento da receita, assim como a regularidade do empenho, da liquidação e do pagamento das despesas, corresponde à auditoria:

- A) prévia
- B) concomitante
- C) de conformidade
- D) de acompanhamento
- E) subsequente

30. Quando o término de gestão coincidir com o exercício financeiro, será formalizado uma única prestação de contas, cujo prazo de remessa ao Tribunal de Contas do Estado, contado do encerramento do exercício, será de:

- A) 180 dias
- B) 120 dias
- C) 60 dias
- D) 30 dias
- E) 15 dias

31. Para extrair conclusões razoáveis que sirvam de base para o relatório de auditoria, o auditor deverá obter evidências apropriadas de auditoria. Nesse sentido, a medida da qualidade das evidências, sua pertinência em relação a determinados critérios e sua confiabilidade corresponde ao conceito de:

- A) consistência
- B) nível de relevância
- C) suficiência
- D) caráter apropriado
- E) documentação

32. Segundo o Manual de Auditoria do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, as formas pelas quais as auditorias serão executadas serão:

- A) direta, independente, compartilhada, simplificada e complexa
- B) interna, externa, simplificada, complexa e compartilhada
- C) direta, indireta, independente, terceirizada e complexa
- D) interna, externa, compartilhada, terceirizada e simplificada
- E) direta, indireta, compartilhada, terceirizada e simplificada

33. Segundo as normas de auditoria da INTOSAI, para fundamentar as opiniões e as conclusões do auditor relativas à organização, ao programa, à atividade ou à função auditada, as evidências obtidas na realização do trabalho devem ser:

- A) adequadas, relevantes e incontestáveis
- B) adequadas, relevantes e razoáveis
- C) relevantes, pertinentes e razoáveis
- D) razoáveis, adequadas e incontestáveis
- E) incontestáveis, pertinentes e relevantes

34. Do prazo fixado para sua conclusão, os processos de tomada de contas especial deverão ser remetidos ao Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de:

- A) 05 dias úteis
- B) 10 dias úteis
- C) 15 dias úteis
- D) 20 dias úteis
- E) 30 dias úteis

35. Os critérios de auditoria são níveis razoáveis e alcançáveis de desempenho em comparação com os quais se podem avaliar a economia, a eficiência e a eficácia das atividades de uma entidade. Dessa forma, alguns dos atributos dos critérios adequados da auditoria operacional, segundo a INTOSAI, são:

- A) utilidade, integridade e aceitabilidade
- B) confiabilidade, compreensibilidade e universalidade
- C) comparabilidade, objetividade e sustentabilidade
- D) aceitabilidade, universalidade e objetividade
- E) respeitabilidade, integridade e compreensibilidade

36. A técnica de investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado, corresponde ao conceito de:

- A) corte das operações
- B) rastreamento
- C) revisão analítica
- D) circularização
- E) observação

37. Nos processos de Tomada de Contas, à vista de novos elementos que considere suficientes, dentro do prazo de cinco anos, contados da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, o Tribunal de Contas do Estado poderá determinar:

- A) o pronunciamento do responsável e seu imediato encaminhamento, para julgamento
- B) o pronunciamento do responsável e seu imediato encaminhamento, para efetiva apreciação
- C) o desarquivamento do processo e seu imediato encaminhamento à Auditoria Geral do Estado para emissão do Certificado de Auditoria
- D) o desarquivamento do processo e sua imediata inclusão na pauta para julgamento
- E) o desarquivamento do processo e seu imediato encaminhamento, para efetiva apreciação

38. No desempenho de suas funções, o servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro deve possuir o domínio do julgamento profissional, pautando-se no planejamento dos exames, de acordo com o estabelecido na ordem de serviço, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes necessários, e na elaboração de seus relatórios. Tal descrição corresponde ao aspecto profissional de:

- A) cautela e zelo
- B) independência
- C) soberania
- D) objetividade
- E) conhecimento técnico

39. Quando for dispensado o encaminhamento do processo de Tomada de Contas por irregularidade que resulte dano ao erário, a título de racionalização administrativa e economia processual, o Tribunal de Contas decidirá pelo:

- A) encaminhamento do processo para cobrança judicial pela Procuradoria Geral do Estado
- B) sustação do processo, de cujo pagamento o devedor fica desobrigado para lhe ser dada quitação
- C) fim do processo, cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada quitação
- D) arquivamento do processo, cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada quitação
- E) arquivamento do processo, de cujo pagamento fica o devedor desobrigado para lhe ser dada quitação

40. Demonstrar uma relação cuja existência se supõe e identificar relações entre variáveis casualmente relacionadas, que possam explicar resultados, corresponde às finalidades da técnica de auditoria denominada:

- A) análise de regressão
- B) estatísticas descritivas
- C) interpretação da informação
- D) entrevistas
- E) exame documental

41. O instrumento mediante o qual se busca selecionar os programas com base em questões que atribuam valor para os critérios de relevância, risco e materialidade é conhecido como:

- A) critério de auditoria
- B) cronograma de atividades
- C) matriz de risco
- D) matriz de planejamento
- E) teste piloto

42. Ao julgar um processo de tomada de contas ou tomada de contas especial, cuja matéria se encontre sob apreciação do Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado poderá:

- A) suspender o julgamento e comunicar a decisão à autoridade judicial
- B) arquivar o processo e comunicar a decisão à autoridade judicial
- C) encaminhar o processo à autoridade judicial competente
- D) comunicar a decisão à autoridade judicial competente
- E) sobrestar o processo e comunicar a decisão à autoridade judicial competente

43. Quando o servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, através da aplicação de testes que resultem na obtenção de uma ou de várias provas, é levado a um grau razoável de convencimento a respeito dos fatos examinados, pode-se afirmar que esta convicção corresponde ao conceito de:

- A) obtenção de evidência
- B) finalidade da evidência
- C) suficiência da evidência
- D) adequação da evidência
- E) pertinência da evidência

44. Na realização de auditorias ambientais, os critérios utilizados pelas entidades fiscalizadoras com base nos quais serão avaliadas as entidades ou os programas auditados, por sua importância tais critérios, se utilizados, deverão ser considerados respectivamente:

- A) abertos, completos e sistêmicos
- B) pertinentes, completos e compreensíveis
- C) compreensíveis, diretos e completos
- D) completos, diretos e abertos
- E) sistêmicos, organizados e compreensíveis

45. o instrumento elaborado por servidores da Auditoria Geral do Estado, com base em solicitações e processos administrativos que careçam de opinião, sem que haja obrigatoriedade de emissão de Certificados de Auditoria, e que será subscrito pelo Auditor-Geral do Estado ou por servidor por este designado, ambos qualificados profissionalmente

- A) teste de auditoria
- B) parecer do controle interno
- C) norma de auditoria
- D) programa de auditoria
- E) planejamento de auditoria

46. No âmbito da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, as tomadas de contas especiais deverão ser realizadas:

- A) por comissão de sindicância
- B) pela contadoria geral do estado
- C) pela auditoria-geral do estado
- D) pela divisão de revisão e tomada de contas
- E) pelo órgão de controle interno

47. De acordo com o Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Programas da INTOSAI, a categoria de auditoria, que busca saber se os resultados são coerentes com a política adotada, corresponde à auditoria de:

- A) regularidade
- B) economia
- C) eficiência
- D) eficácia
- E) impacto da política

48. Ao elaborar relatório evidenciando os resultados dos exames efetuados, de acordo com a forma ou tipo de atividade realizada, o servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual deverá reunir, principalmente, informações quanto aos atos de gestão, fatos ou situações observados, utilizando linguagem sucinta e resumida, transmitindo o máximo de informações de forma breve. Esses procedimentos correspondem ao atributo de qualidade denominado:

- A) concisão
- B) universalidade
- C) qualidade
- D) robustez
- E) altivez

49. Na ocorrência de perda, extravio ou outra irregularidade sem que se caracterize má-fé de quem lhe deu causa, em que o dano foi imediatamente ressarcido pelo valor atualizado, o procedimento a ser adotado pela autoridade administrativa será de:

- A) comunicar o fato ao Tribunal de Contas pelo sistema de mão própria
- B) comunicar o fato ao Tribunal de Contas por ofício
- C) comunicar o fato ao Tribunal de Contas no processo de tomada de contas especial
- D) comunicar o fato ao Tribunal de Contas no processo de tomada de contas
- E) comunicar o fato ao Tribunal de Contas na prestação de contas anual do ordenador de despesas

50. Os elementos suficientemente comprobatórios, a fim de apoiar o parecer do Auditor sobre o trabalho realizado, possuem, dentre vários objetivos, o de:

- A) atender às normas de emissão de certificado de auditoria
- B) acumular as provas necessárias para julgamento pelo Tribunal de Contas
- C) facilitar a revisão dos trabalhos por parte do auditado
- D) servir como base para avaliação dos auditados
- E) ajudar no trabalho da próxima auditoria

CONTABILIDADE PÚBLICA

51. As Receitas de Concessões e Permissões, segundo a Portaria n.º 163/2001, serão classificadas dentro do seguinte grupo de receitas:

- A) tributárias
- B) de contribuições
- C) patrimoniais
- D) de serviços
- E) de outras receitas correntes

52. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivem de norma jurídicas, e que visem a estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, são, dentre outros:

- A) orçamento bruto, legalidade e entidade
- B) competência, publicidade e transparência
- C) totalidade, exclusividade e suficiência
- D) totalidade, universalidade e imessoalidade
- E) totalidade, universalidade e exclusividade

53. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Anexo de Metas Fiscais deverá demonstrar a real evolução do patrimônio líquido no período de tempo compreendido entre exercício e:

- A) os cinco anteriores
- B) o exercício anterior
- C) os dois anteriores
- D) os três anteriores
- E) os seis anteriores

54. A aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, é representada no grupo de natureza de despesa denominado:

- A) investimentos
- B) inversões financeiras
- C) aplicações diretas
- D) outras despesas de capital
- E) outras despesas correntes

55. Determinada entidade pública apurou em seu Balanço Patrimonial os seguintes valores:

Ativo não circulante.....	20.476,80
Passivo compensado.....	6.825,60
Passivo não circulante.....	14.788,80
Saldo patrimonial.....	6.825,60
Total do ativo.....	34.128,00

Considerando os dados acima, pode-se afirmar que o superávit financeiro é de:

- A) 1.137,60
- B) 2.275,20
- C) 3.412,80
- D) 4.550,40
- E) 5.688,00

56. O poder que uma entidade pública possui de participar nas decisões políticas, financeiras e operacionais de outra entidade da qual receba recursos financeiros a qualquer título é denominado:

- A) mensuração positiva
- B) participação significativa
- C) participação positiva
- D) influência positiva
- E) influência significativa

57. As despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas e investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão identificadas pelo elemento de despesa denominado:

- A) subvenções sociais
- B) auxílios
- C) contribuições
- D) subvenções econômicas
- E) outros benefícios assistenciais

58. A baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores por tratar-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada, corresponde ao conceito de:

- A) cancelamento de créditos tributários a receber
- B) recursos provenientes de ressarcimento
- C) cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar
- D) cancelamento de débitos inscritos na dívida ativa
- E) restituição de despesas pagas em exercícios anteriores

59. O desdobramento suplementar dos elementos de despesa, para atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária, será feito de forma:

- A) controlada
- B) ordinária
- C) tempestiva
- D) facultativa
- E) obrigatória

60. Ao final do exercício, em determinado órgão estadual, o contador apurou os seguintes saldos:

Ativo real.....	282.124,80
Ativo total.....	341.280,00
Bancos.....	163.814,40
Passivo compensado.....	59.155,20
Restos a pagar.....	50.054,40
Saldo patrimonial.....	4.550,40
Superávit financeiro.....	113.760,00

Considerando as informações acima, pode-se dizer que esse contador, ao elaborar o Balanço Patrimonial, apurou:

- A) Ativo circulante de 50.054,40
- B) Ativo real de 163.814,40
- C) Passivo circulante de 113.760,00
- D) Ativo não circulante de 118.310,40
- E) Ativo real líquido de 163.814,40

61. Nos contratos de Parceria Público Privada – PPP, a despesa orçamentária nas concessões patrocinadas, em geral, é uma despesa corrente de:

- A) investimentos em regime de execução especial
- B) diversos investimentos
- C) subvenções econômicas
- D) subvenções sociais
- E) auxílios para investimentos

62. Na alocação dos créditos na lei de orçamento anual feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade será:

- A) obrigatória
- B) facultativa
- C) por lei específica
- D) por autorização legislativa
- E) proibida

63. Contabilmente, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, as receitas orçamentárias podem ser classificadas como:

- A) efetiva e não efetiva
- B) principal e secundária
- C) corrente e capital
- D) fixa e variável
- E) principal e acessória

64. Na contabilidade pública, cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, análise e consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como pelos reflexos causados nos respectivos demonstrativos. Dessa forma, a existência de saldos em contas contábeis, descritas como "Outros" ou "Outras", deve ser limitada ao total do grupo em:

- A) 1%
- B) 3%
- C) 5%
- D) 10%
- E) 15%

65. Determinada entidade pública apresentou os seguintes saldos ao final do exercício:

Despesa orçamentária	329.904,00
Mutações patrimoniais da despesa	91.008,00
Mutações patrimoniais da receita	182.016,00
Receita orçamentária	307.152,00
Saldo negativo do resultado extraorçamentário.....	34.128,00

Com base nos dados acima, conclui-se que o resultado patrimonial do exercício foi de:

- A) 79.632,00
- B) 102.384,00
- C) (113.760,00)
- D) (125.136,00)
- E) (147.888,00)

66. Em sentido amplo, os ingressos nos cofres públicos de recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero depositário desses recursos e que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa são denominados de:

- A) receitas públicas
- B) inversões financeiras
- C) compensações obrigatórias
- D) ingressos extraorçamentários
- E) compensações correntes

67. As receitas e despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte serão demonstrados no seguinte documento:

- A) balanço financeiro
- B) balanço patrimonial
- C) balanço orçamentário
- D) demonstração das variações patrimoniais
- E) demonstração dos fluxos de caixa

68. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o 13º salário, a ser pago no final do ano, deve ser provisionado a cada mês trabalhado, mas o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa orçamentária só acontecerão no mês:

- A) seguinte
- B) do pagamento
- C) anterior
- D) de competência
- E) de vencimento

69. A menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas, que contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias, é conhecida como:

- A) fonte de recursos
- B) natureza da receita
- C) categoria econômica
- D) rubrica
- E) origem da receita

70. Observe os dados abaixo, extraídos da Demonstração de Variações Patrimoniais de determinada fundação pública:

Alienação de imóveis.....	72.806,40
Aquisição de móveis e utensílios.....	50.054,40
Cobrança da dívida ativa.....	18.201,60
Construção de imóveis.....	56.880,00
Despesas correntes.....	222.969,60
Despesas de capital.....	113.760,00
Empréstimos contraídos.....	15.926,40
Inscrição de créditos fiscais.....	11.376,00
Inscrição de dívidas passivas.....	13.651,20
Receitas correntes.....	238.896,00
Receitas de capital.....	95.558,40

A alternativa que contém o valor total das variações ativas e das mutações patrimoniais passivas, respectivamente, é:

- A) 441.388,80 e 102.384,00
- B) 452.764,80 e 120.585,20
- C) 457.315,20 e 88.732,80
- D) 470.966,40 e 47.779,20
- E) 475.516,80 e 86.457,60

71. Os recursos controlados por uma entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem benefícios futuros ou potencial de serviços compreende na contabilidade pública o conceito de:

- A) ativo
- B) passivo
- C) receita
- D) patrimônio líquido
- E) saldo patrimonial

72. Os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, são denominados:

- A) bens de uso especial
- B) bens de uso comum do povo
- C) bens dominiais
- D) bens imóveis em andamento
- E) bens imóveis

73. O resultado da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas, representa o quociente de:

- A) equilíbrio orçamentário
- B) execução da receita
- C) desempenho da arrecadação
- D) utilização do excesso de arrecadação
- E) utilização do superávit financeiro

74. O maior valor apurado entre o valor justo, deduzidos os custos de alienação de um ativo e o seu valor em uso, corresponde ao conceito de:

- A) valor de mercado
- B) valor residual
- C) valor atualizado
- D) valor alienável
- E) valor recuperável

75. O contador de uma determinada Secretaria Estadual, por ocasião do encerramento do exercício financeiro de 2011, extraiu do balanço orçamentário as seguintes informações:

Déficit de capital	1.137.600,00
Receitas correntes arrecadadas	3.981.600,00
Receitas correntes previstas	3.412.800,00
Receitas de capital arrecadadas	682.560,00
Receitas de capital previstas	1.023.840,00
Superávit orçamentário	113.760,00

Com base nessas informações, a alternativa que indica respectivamente os totais das despesas correntes e de capital realizadas é:

- A) 2.730.240,00 e 1.706.400,00
- B) 1.706.400,00 e 2.730.240,00
- C) 2.730.240,00 e 1.820.160,00
- D) 1.706.400,00 e 1.820.160,00
- E) 1.820.160,00 e 2.730.240,00

CONTABILIDADE E CUSTOS

76. Nas publicações, a demonstração de lucros e perdas poderá ser feita adotando-se como expressão monetária os valores em:

- A) milhar de reais
- B) milhão de reais
- C) bilhão de reais
- D) moeda forte
- E) dólares

77. Na incorporação ou fusão de sociedades, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a sua anulação, depois de publicados os atos relativos a essas operações, em até:

- A) 30 dias
- B) 45 dias
- C) 60 dias
- D) 120 dias
- E) 180 dias

78. Determinada indústria aplica os seguintes percentuais na sua produção:

Custos indiretos de fabricação.....	10%
Mão de obra.....	30%
Matéria prima.....	60%
Preço de venda unitário.....	R\$ 2,00

Sabendo-se que o custo da mão de obra aumentou de 20% e que os demais custos e a quantidade produzida não foram alterados, pode-se afirmar que a empresa, para manter a mesma margem de lucro praticada antes do aumento salarial, terá que vender cada unidade produzida por:

- A) R\$ 2,10
- B) R\$ 2,12
- C) R\$ 2,15
- D) R\$ 2,20
- E) R\$ 2,40

79. Na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o valor de um bem ou direito obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros é considerado:

- A) valor justo
- B) valor atual
- C) preço justo
- D) preço de mercado
- E) valor financeiro

80. A perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade comercial cujo objeto seja um bem de utilização contratualmente limitado será registrada em conta de:

- A) exaustão
- B) ajuste a valor presente
- C) ajuste a valor de mercado
- D) amortização
- E) depreciação

81. Observe os seguintes dados para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa da Empresa:

Aplicações em ativo intangível.....	796,00
Aquisição de máquinas e equipamentos.....	7.565,00
Despesas com publicidade.....	1.274,00
Despesas diversas.....	637,00
Dividendos pagos.....	796,00
Empréstimos bancários pagos.....	3.810,00
Empréstimos obtidos.....	3.754,00
Impostos pagos.....	477,00
Pagamento a fornecedores.....	6.450,00
Recebimento de duplicatas.....	11.501,00
Venda de ativo imobilizado.....	6.598,00

Com base nesses dados, sabendo-se que o saldo final de caixa da empresa era de 2.004,00, pode-se afirmar que o método de apuração do fluxo de caixa e o saldo inicial são respectivamente:

- A) direto – 1.367,00
- B) direto – 1.956,00
- C) indireto – 1.367,00
- D) indireto – 1.956,00
- E) indireto – 2.052,00

82. O montante do dividendo por ação do capital social de companhia aberta deverá ser indicado no demonstrativo denominado:

- A) balanço patrimonial
- B) demonstração de resultado abrangente
- C) demonstração do fluxo de caixa
- D) demonstração de origens e aplicações de recursos
- E) demonstração de lucros e prejuízos acumulados

83. Determinada empresa apurou no final do exercício, antes de provisionar o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e as participações, um lucro de R\$ 9.100.800,00. Sabendo-se que o imposto de renda foi provisionado à base de 25%; que a empresa estava dispensada de recolher a CSLL; que o saldo da conta Prejuízos Acumulados era de R\$ 556.850,00; e que as participações, segundo o estatuto da empresa, seriam de 10% para administradores, 10% para empregados e 5% para partes beneficiárias, pode-se concluir que a participação de empregados e partes beneficiárias foi respectivamente de:

- A) R\$ 404.355,00 e R\$ 327.527,55
- B) R\$ 404.355,00 e R\$ 279.474,30
- C) R\$ 345.030,00 e R\$ 279.474,30
- D) R\$ 404.355,00 e R\$ 363.919,50
- E) R\$ 345.030,00 e R\$ 327.527,55

84. O prejuízo no exercício deverá ser obrigatoriamente absorvido, pelos saldos de quais contas, respectivamente:

- A) lucros acumulados, reserva legal e reserva para contingências
- B) reserva estatutária, reserva legal e reserva de lucros a realizar
- C) lucros acumulados, reserva de lucros a realizar e reserva para contingências
- D) reserva legal, reserva estatutária e reserva para contingências
- E) lucros acumulados, reserva de lucros e reserva legal

85. Na companhia em que o ciclo operacional tiver duração maior que o exercício social, a classificação de contas no circulante ou longo prazo terá por base o prazo:

- A) legal estatutário
- B) do ciclo operacional
- C) do exercício social
- D) do ano comercial
- E) estipulado pela CVM

86. A reserva que a empresa poderá deixar de constituir no exercício em que seu saldo, acrescido do montante do saldo das reservas de capital, exceder 30% do capital social é conhecida como:

- A) reserva legal
- B) reserva estatutária
- C) reserva de incentivos fiscais
- D) reserva para contingências
- E) reserva de lucros a realizar

87. A relação entre o capital de terceiros e o capital próprio de uma determinada empresa é igual a 1,25. Se sua situação líquida é de 113.760,00, pode-se afirmar que a proporção do ativo total financiado por recursos de terceiros é de:

- A) 25%
- B) 56%
- C) 66%
- D) 75%
- E) 80%

88. O pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, somente poderá ser feito através da utilização das reservas:

- A) de capital
- B) estatutárias
- C) de incentivos fiscais
- D) de lucros a realizar
- E) para contingências

89. A operação pela qual uma companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se ou dividindo-se seu capital, é denominada:

- A) aquisição total ou parcial
- B) fusão
- C) incorporação
- D) cisão
- E) alienação

90. Para apropriar os custos indiretos de fabricação à produção, uma indústria utilizou um determinado coeficiente sobre o custo do material direto. Na produção de 1.000 unidades de determinado produto, a indústria apresentou os seguintes custos:

Material direto..... 22.752,00
Mão de obra direta..... 9.100,40

Sabendo-se que a estimativa do valor do material direto e dos custos indiretos de fabricação para a produção total é de 113.760,00 e 34.128,00, respectivamente o valor do custo unitário do produto será aproximadamente de:

- A) 56,88
- B) 41,41
- C) 38,68
- D) 31,85
- E) 29,58

91. A relação existente entre as disponibilidades da companhia e seu passivo circulante representa o índice do quociente de solvência denominado:

- A) liquidez imediata
- B) liquidez seca
- C) liquidez corrente
- D) liquidez geral
- E) liquidez pura

92. Determinada indústria apresentou as seguintes informações relativas a um certo período de produção:

Preço de venda.....247,50 por unidade
Despesas administrativas.....1.300,00
Custos fixos diretos..... 110.000,00
Custo variável unitário.....137,50

Caso a empresa decida produzir e vender 1.200 unidades, ela apurará:

- A) custo total de produção de 297.000,00
- B) custo variável total de 164.400,00
- C) receita total de vendas de 275.000,00
- D) prejuízo de 22.000,00
- E) lucro de 20.700,00

93. Segundo a Lei Nº 6.404/76, é presumida influência significativa quando a investidora for titular do capital votante da investida, sem controlá-la, em:

- A) 10% ou mais
- B) 15% ou mais
- C) 20% ou mais
- D) 25% ou mais
- E) 30% ou mais

94. Uma empresa possuía em seu ativo imobilizado um equipamento que fora adquirido, a prazo, por R\$ 113.760,00 restando ainda uma dívida de 12.376,00. Um incêndio causou a perda total desse equipamento que não havia sido segurado. Considerando que o mesmo equipamento já havia sofrido ajuste de avaliação patrimonial, aumentando seu valor em 18.201,00, e que também fora depreciado, até o período, em 6.825,00, verificou-se, após os ajustes contábeis pertinentes, que a perda desse equipamento acarretou para a empresa uma despesa não ligada à sua atividade-fim, no valor de:

- A) 131.961,00
- B) 125.136,00
- C) 120.585,00
- D) 113.760,00
- E) 106.934,00

95. Uma indústria produziu 750 unidades de determinado produto, apurando os seguintes custos totais:

Matéria-prima..... 13.750,00
Mão de obra direta..... 8.250,00
Custos indiretos de fabricação..... 5.500,00

Devido a enchentes ocorridas na região da empresa, 150 caixas do produto que estavam em estoque se tornaram imprestáveis para uso e consumo. Sabendo-se que foram vendidas 300 caixas do produto ao preço unitário de 187,50, pode-se afirmar que o Lucro Bruto e o Estoque Final foram, respectivamente, de:

- A) 11.001,00 e 11.001,00
- B) 37.707,50 e 37.707,50
- C) 45.249,00 e 45.249,00
- D) 45.249,00 e 11.001,00
- E) 18.853,75 e 37.705,50

96. Uma indústria apresentou os seguintes saldos em sua contabilidade:

CUSTOS E DESPESAS FIXAS TOTAIS

Depreciação de máquinas e equipamentos.....	49.536,00
Mão de obra direta e indireta.....	159.264,00
Seguro da fábrica.....	15.920,00
Comissão de vendedores.....	56.880,00

CUSTOS E DESPESAS VARIÁVEIS UNITÁRIAS

Material direto.....	1.004,00
Embalagens.....	238,00
Propaganda e publicidade.....	68,00
Diversos custos e despesas.....	34,00

Considerando um preço de venda unitário de 2.752,00 para se atingir o ponto de equilíbrio, as unidades produzidas e vendidas por ano devem corresponder a:

- A) 155
- B) 159
- C) 171
- D) 195
- E) 200

97. Considere os dados abaixo, retirados da contabilidade de determinada empresa:

Despesas operacionais	568.800,00
Lucro antes do IR e CSLL.....	4.550.400,00
Participação de administradores.....	10%
Participação de empregados.....	8%
Participações de debenturistas.....	5%
Prejuízos acumulados.....	113.760,00
Provisão para IR e CSLL.....	341.280,00
Reserva legal.....	5%

Com base nesses dados, pode-se afirmar que o lucro líquido do exercício dessa empresa no final do exercício foi:

- A) 3.153.427,20
- B) 3.221.410,18
- C) 3.310.893,79
- D) 3.335.170,18
- E) 3.579.344,64

98. A reserva formada por proposta dos órgãos da administração à Assembleia Geral de uma companhia, destinando parte do lucro com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, é denominada:

- A) estatutária
- B) de capital
- C) de lucros
- D) de lucros a realizar
- E) de contingências

99. Observe os dados abaixo, extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício de determinada empresa:

Capital social.....	100.000,00
IRPJ e CSLL.....	2.957,00
Lucro bruto.....	43.228,00
Lucro operacional.....	12.968,00
Outras despesas.....	1.137,00
Outras receitas.....	2.275,00
Participação de administradores.....	1.592,00
Participação de empregados.....	455,00

Com base nesses dados, o valor da reserva legal a ser constituída será de:

- A) 591,61
- B) 546,11
- C) 500,60
- D) 455,10
- E) 409,60

100. Os títulos negociáveis, sem valor nominal e estranho ao capital social e que conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação dos lucros anuais, são denominados:

- A) debêntures
- B) bônus de subscrição
- C) partes beneficiárias
- D) cédulas de debêntures
- E) ações sem valor nominal